

Governo do Rio renegocia com o BC dívida de R\$ 11 bilhões

■ Pagamento da primeira parcela será de, no mínimo, 10% e juros serão decrescentes

FERNANDO THOMPSON

O governador Marcello Alencar, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, e o presidente do Banco Central (BC), Gustavo Loyola, assinam, hoje, no Palácio Guanabara, sede do governo do Estado do Rio, dois protocolos de renegociação da dívida do Estado, que é de cerca de R\$ 11 bilhões. O primeiro trata da rolagem da dívida mobiliária (títulos), próxima a R\$ 8 bilhões. O outro refere-se às dívidas do Banco do Estado do Rio de Janeiro, de aproximadamente R\$ 3 bilhões. Também participarão do encontro o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, e

Luiz Carlos de Barros, presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Prazo — Segundo Marco Aurélio Alencar, secretário estadual de Planejamento, os dois protocolos darão um prazo de 90 dias para que técnicos do Banco Central (BC) e do governo estadual façam o levantamento sobre as várias dívidas envolvidas no pacote. Somente depois disso é que será assinado um outro documento que estabelecerá como essas dívidas serão roladas pelo governo federal.

A engenharia financeira do acordo foi desenvolvida pelo secretário junto com Gustavo Loyola e

Pedro Parente. Para resolver a parte mais delicada do acordo, o pagamento de 20% da dívida que o governo do Rio terá que apresentar para rolar seus débitos, foi criada uma tabela.

Ficou acertado que o mínimo a ser pago antecipadamente será de 10% da dívida. Nesse caso, a taxa de juros aplicada na rolagem será de 7,5% ao ano, com correção pelo IGP-DI. No caso do estado pagar mais, essa taxa cairá progressivamente, até chegar ao mínimo de 6% ao ano. "O Rio será o primeiro estado a ter esse tipo de contrato", comemorou Marco Aurélio Alencar.

Os dois protocolos precisam ser aprovados pela Comissão de Finanças do Senado. Segundo o secretário, o governador Marcello Alencar passou o dia de ontem em Brasília acertando a inclusão do tema na pauta da convocação extraordinária do Congresso, que vai até o dia 15 de fevereiro.

Marco Aurélio garantiu que assim que os protocolos forem aprovados pela Comissão, o novo edital de venda do Banco Banerj, a parte boa do banco estadual, será publicado. Em dezembro, o leilão de privatização do banco foi adiado duas vezes.